



CMUHE011228

SOLUÇÃO para falta de merenda divide vereadores. Correio Popular, Campinas, 07 set. 1999.

O desabastecimento de merenda nas unidades escolares de Campinas, que na última sexta-feira deixou 50,6 mil crianças sem comida nas escolas e creches da cidade, não deve ser regularizado até amanhã. A informação é do vereador Carlos Signorelli (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara. Signorelli adianta que a oposição entrará, entre amanhã e quinta-feira, com representação junto ao Poder Judiciário pedindo apuração de responsabilidade pela retirada de merenda na rede pública de ensino. "Nossa intenção é processar o secretário de Educação, Alcides Mamizuka, por permitir que faltasse merenda nas escolas", diz.

A Empresa Brasileira

de Serviços de Alimentação Ltda (Embrasa) deixou de fornecer a alimentação em virtude de um débito da Prefeitura, que teria deixado de pagar R\$4 milhões à empresa (o executivo reconhece a dívida, mas afirma que ela é de R\$2,5 mi).

Vereadores ligados ao governo afirmaram ontem que as empresas responsáveis pelo fornecimento de merenda nas regiões Norte, Sul e Leste vão se cotizar e assumir, emergencialmente, a área antes sob responsabilidade da Embrasa. Segundo essas fontes, mesmo sem nova licitação, a troca desses serviços pode ser efetuada, desde que pelo mesmo preço. Até sábado, no entanto, apenas a Nutriplus e a Vital confirmaram que poderiam fazer a substituição.

Caso ela ocorra, porém,

a bancada petista irá entrar na Justiça também contra a medida. "Nossa bancada vai questionar a ilegalidade do ato, porque essas empresas não podem assumir esse serviço sem abertura de licitação", critica Signorelli.

De acordo com ele, essas decisões já haviam sido pensadas na sexta-feira, mas não houve tempo hábil para encaminhar todas as questões. Naquela ocasião, a bancada do PT optou por ingressar na Justiça com uma medida cautelar (ação de efeito rápido), solicitando o imediato reestabelecimento da alimentação nas unidades da região Oeste. "Vamos exigir o fim da terceirização no fornecimento de merenda e fazer com que essa responsabilidade volte para o Poder Público", garante.



Crianças sem comida em escola da região Oeste: briga na Justiça e indefinição